

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

Imprisoned Women Grief Referring to the Affective-Sexual Relationships

Los lutos de las mujeres encarceladas por las relaciones afectivo-sexuales

Ana Cristina Costa Figueiredo¹

Márcia Stengel²

Resumo

O aprisionamento traz inúmeras perdas para as pessoas encarceradas, sobretudo para as mulheres, que enfrentam barreiras para a manutenção dos vínculos afetivo-sexuais com os(as) companheiros(as), além de serem frequentemente abandonadas. O presente artigo visa compreender as perdas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais das mulheres aprisionadas. Realizou-se uma pesquisa qualitativa em um presídio misto, onde foram conduzidos seis estudos de caso. Os dados foram analisados por meio dos seguintes referenciais teóricos: Teoria do Apego, de John Bowlby; perdas ambíguas, conforme Pauline Boss; lutos não reconhecidos, segundo Kenneth Doka. Com a análise, constatou-se que grande parte das perdas são ambíguas, caracterizadas pela falta de clareza acerca do que foi perdido. O apontamento das perdas ambíguas e a nomeação do luto como não reconhecido poderá auxiliar na validação social e intrapsíquica desse processo, contribuindo para o seu enfrentamento pelas mulheres aprisionadas e construção de uma sociedade que reconhece o luto em suas diferentes manifestações.

Palavras-chave: Lutos não reconhecidos. Perdas ambíguas. Mulheres aprisionadas. Prisão. Relacionamentos afetivo-sexuais.

Abstract

The imprisonment brings many losses to incarcerated people, especially women, who face barriers to maintaining affective-sexual bonds with their partners, and they are frequently abandoned. The present article aims to understand the losses related to the imprisoned women affective-sexual relationships. A qualitative research was carried out in a mixed prison, where six case studies were conducted. The

1 Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com período sanduíche na Universidade do Minho/Braga, Portugal (2019). Mestra em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Especialista em Terapia de Casal e Família pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2018). Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011), com período sanduíche no St. Thomas Aquinas College-NY (2009). Pós-doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

2 Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992). Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Conselho de Ética em Pesquisa da PUC Minas. Membro do Colegiado de Coordenação Didática do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da PUC Minas.

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

data were analyzed using the following theoretical frameworks: Attachment Theory Attachment, of John Bowlby; ambiguous losses, according to Pauline Boss; disenfranchised grief, according to Kenneth Doka. Through the analysis, it was found that most of the losses are ambiguous, characterized by the lack of clarity about what was lost. Thus, pointing out ambiguous losses and naming grief as disenfranchised may assist in the social and intrapsychic validation of this process, contributing to its confrontation by imprisoned women, and the build of a society that recognizes the grief in its different manifestations.

Keywords: Unrecognized mourning. Ambiguous losses. Imprisoned women. Prison. Affective-sexual relationships.

Resumen

El encarcelamiento trae innumerables pérdidas a las personas encarceladas, especialmente a las mujeres, que enfrentan barreras para mantener vínculos afectivos-sexuales con sus parejas, además de ser frecuentemente abandonadas. El presente artículo tiene como objetivo comprender las pérdidas relacionadas con las relaciones afectivo-sexuales de las mujeres presas. La investigación cualitativa se llevó a cabo en una prisión mixta, donde se realizaron seis estudios de casos. Los datos se analizaron utilizando los siguientes marcos teóricos: Teoría del apego, de John Bowlby; pérdidas ambiguas, según Pauline Boss; luto no reconocido, según Kenneth Doka. Mediante del análisis, se encontró que la mayoría de las pérdidas son ambiguas, caracterizadas por la falta de claridad sobre lo perdido. Así, señalar las pérdidas ambiguas y el luto como no reconocido puede ayudar a la validación social e intrapsíquica de este proceso, contribuyendo a su enfrentamiento por parte de las mujeres encarceladas y a la construcción de una sociedad que reconozca lo luto en sus diferentes manifestaciones.

Palabras clave: Duelo no reconocido. Pérdidas ambiguas. Mujeres encarceladas. Prisión. Relaciones afectivo-sexuales.

Introdução

O aprisionamento traz múltiplas perdas: da liberdade, do convívio social, da identidade, do controle sobre o próprio corpo, das relações afetivas e familiares, da intimidade sexual. Tendo em vista a seletividade presente na atual política de encarceramento brasileira, o aprisionamento tem incidido sobre pessoas específicas, a partir de recortes de classe, raça e nível educacional (Carvalho & Mayorga, 2017), que sofrem diferentes tipos de violência ao longo da vida, exacerbadas nos estabelecimentos prisionais. As mulheres ainda enfrentam a desigualdade de gênero presente nas prisões (Carvalho & Mayorga, 2017; França, 2014), sobretudo em presídios mistos (Colares & Chies, 2010), e são duplamente punidas, já que sofrem castigo não apenas devido ao crime do qual são acusadas, assim como pela transgressão às prescrições sociais de gênero, que exigem delas características como submissão, passividade e docilidade (Cunha, 2018). Nesse sentido, os estudos acerca das mulheres encarceradas podem ser relevantes para a visibilização das suas necessidades.

Entre as inúmeras perdas enfrentadas por elas no cárcere, tendo em vista a constante violação dos direitos humanos no sistema penal (Cappellari, 2018), as referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais têm recebido pouca atenção e sido pouco investigadas, sendo a impossibilidade de exercício da maternagem enfatizada nos trabalhos acerca dessa temática (Figueiredo & Granja, 2020). Todavia, é comum sofrerem o abandono dos seus parceiros que permanecem em liberdade ou a impossibilidade de terem contato com eles quando ambos estão presos (Figueiredo & Granja, 2020; Gonçalves, Coelho, & Vilas Boas, 2017), o que merece atenção e traz

implicações para a vivência na prisão e processo de subjetivação dessas mulheres.

Se algumas das perdas vivenciadas ao longo da reclusão são evidentes e concretas, como a da liberdade, muitas delas podem ser caracterizadas como ambíguas, as quais ocorrem quando há ausência psicológica com presença física, assim como ausência física com presença psicológica (Boss, 1998; 1999), caracterizando-se pela falta de clareza acerca do que foi perdido (Casellato, 2005). Nesses casos, não ocorre desligamento emocional e o ausente pode continuar presente, atuando de forma velada e gerando emoções ambíguas (Boss, 1999). Por essas perdas não serem oficialmente validadas e ritualizadas (Boss, 1998), o processo de elaboração do luto pode ser dificultado (Boss, 1999; Franco, 2002; Walsh, 2005).

Ao analisarmos as perdas relativas aos relacionamentos afetivo-sexuais de mulheres aprisionadas, o frequente abandono por parte de seus parceiros (Gonçalves *et al.*, 2017; Granja, 2015; Lemgruber, 2010) é percebido como perda ambígua, já que há impossibilidade de despedida do companheiro. Do mesmo modo, esse tipo de perda é observado nos casos em que ambos os parceiros estão aprisionados, mas as restrições institucionais explícitas e implícitas para os contatos entre os casais impossibilitam a comunicação, as expressões de afetividade e/ou sexualidade entre eles (Carvalho & Mayorga, 2017; Paz, 2009). Mesmo nos raros casos em que o relacionamento é levado adiante e os parceiros estão em liberdade, enfrentam perda ambígua por não terem a presença física dos companheiros. Ao mesmo tempo em que perdem seus parceiros, não os perdem, havendo ambiguidade.

Sabe-se que o processo de luto é esperado em casos de perdas, sejam elas concretas ou ambíguas, pois é a partir dele

que se torna possível realizar uma reorganização emocional e cognitiva que viabiliza a reconstrução de recursos, um ajustamento à realidade e adaptação ao novo contexto (Bowlby, 1969; Casellato, 2005; Doka, 2002b), auxiliando na ressignificação da vida. É preciso compreender que o objeto não existe mais ou está inacessível, sendo possível desistir da relação e reorganizar-se diante do rompimento do vínculo (Casellato, 2005). Entretanto, diante de perdas ambíguas, o processo de luto pode ser dificultado por não ser reconhecido tanto socialmente quanto de forma intrapsíquica (Corr, 2002; Kauffman, 2002).

Sem a devida legitimação da perda, sentimentos de culpa ou vergonha podem suscitar possíveis danos psicológicos (Boss, 1999; Franco, 2002; Walsh, 2005) e complicar o luto. Reações emocionais, como raiva ou tristeza, costumam ser intensificadas, mas não são expressados, já que os indivíduos não reconhecem o direito de enlutamento. Diante disso, consequências podem ser ocasionadas, como estigma, segredo, isolamento social, falta de rituais que permitiriam a construção de significados e o compartilhamento de sentimentos. A inibição do processo de luto pode torná-lo crônico, estagnando a vida do indivíduo e mascarando as reações ao luto por sintomas físicos, comportamentais e/ou psicológicos (Casellato, 2005).

Uma das implicações das perdas ambíguas é a ameaça ao mundo presumido, um esquema organizado no qual estão presentes crenças arraigadas que acreditamos ser verdadeiras, baseadas em experiências prévias, além das expectativas futuras (Parkes, 1975). Trata-se de suposições acerca do mundo e de si próprio que orientam as ações e conferem um sentido à vida, sendo que as perdas que as ameaçam causam sensação de desamparo e falta de controle (Janoff-Bulman, 1985),

fazendo com que o indivíduo se sinta perdido e sem orientação, enquanto passa por um processo que nem sempre é validado como luto.

Nos relacionamentos afetivo-sexuais das mulheres encarceradas, seja diante do abandono, seja da impossibilidade de contato com parceiros, notam-se ameaças ao mundo presumido, já que há falta de controle ou certeza sobre a vida, si mesmo, o parceiro e a relação. Os lutos resultantes de ameaças ao mundo presumido são delineados como não reconhecidos, dificultando que o enlutado expresse suas emoções para que ocorra um trabalho integrativo e reorganizador (Doka, 1989; Reynolds, 2002; Fante, 2019). A ausência de suporte social e a falta de validação intrapsíquica podem gerar implicações como a complicação do luto (Doka, 2002b), dificultando uma reflexão interna sobre as perdas vivenciadas e sua ressignificação.

Além dos desafios enfrentados diante do não reconhecimento do luto, às mulheres aprisionadas é frequentemente negado o direito de enlutamento, por diversos motivos: as enlutadas não são reconhecidas (Doka, 1989; Doka, 2002b), pois o estigma de criminosas (Goffman, 1988) confere a elas uma posição não passível de luto; seus relacionamentos afetivo-sexuais não tradicionais não recebem reconhecimento social (Doka, 1989; Doka, 2002b), já que são poucas as casadas legalmente; a perda pode não ser reconhecida no caso de abandono (Doka, 1989; Doka, 2002b) e, presumivelmente, quando a impossibilidade de contato é imposta pela instituição prisional. Na prisão, a expressão dos sentimentos pode ser reprimida pela instituição e pelas próprias pessoas aprisionadas (Paz, 2009), o que pode ensejar uma não validação social do modo de se enlutar (Doka, 1989; Doka, 2002b) nesse contexto.

Assim, sugere-se que os lutos vivenciados pelas mulheres aprisionadas nas áreas afetiva e sexual sejam visibilizados e reconhecidos tanto social quanto intrapsiquicamente (Doka, 2002; Kauffman, 2002), para que a expressão da dor e o lamento diante das perdas possam contribuir para a saúde mental e reorganização da vida dessas mulheres. Buscar novos olhares acerca de suas vivências é de relevância para esse grupo e para a sociedade.

Além disso, tendo em vista as diversas possibilidades de ações da psicologia em interface com o direito, e o fato de que estas produzem práticas com efeitos paradoxais, que permeiam a garantia de direitos, mas também a manutenção de desigualdades (Beiras, 2020; Moreira & Soares, 2019), sabe-se que contribuições relacionadas à psicologia social jurídica como área de conhecimento e campo de atuação podem ser relevantes. Nesse sentido, ao se compreender como as vivências emocionais e afetivas poderão impactar a atuação com a população prisional, pensando os sujeitos em seus contextos e problematizando impactos sociais amplos, é possível contribuir para essa área de saber e campo de atuação.

Dessa forma, o presente artigo pretende descrever as perdas ambíguas nos âmbitos afetivo e sexual acarretadas pelo aprisionamento de mulheres em um presídio misto, compreendendo o processo de luto vivenciado. Intenciona-se produzir um conhecimento transformativo ao visibilizar as perdas enfrentadas, o que poderá facilitar a sua elaboração por parte das mulheres encarceradas, contribuir para a intervenção psicossocial nesse campo, assim como para a formulação e implementação de políticas públicas e ações que promovam mudanças no atual cenário prisional brasileiro.

Método

A fim de contemplar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa qualitativa (Lakatos & Marconi, 2003) em um presídio misto de uma cidade mineira interiorana. Utilizaram-se os dados coletados no mês de junho de 2017 para a tese de doutorado da autora Ana Cristina Costa Figueiredo, que pretendeu compreender os relacionamentos afetivo-sexuais de mulheres aprisionadas por meio da realização de seis estudos de caso com mulheres aprisionadas que estivessem em um relacionamento afetivo-sexual ou que tenham sido reclusas enquanto estivessem no relacionamento, independentemente do estado civil legalizado ou da orientação sexual, selecionadas aleatoriamente. Para o artigo, sublinharam-se os lutos em seus relacionamentos afetivo-sexuais.

As participantes apresentaram um perfil diversificado e serão brevemente apresentadas, com a utilização de nomes fictícios: 1. Amanda, solteira, 33 anos, branca, Ensino Médio incompleto, presa por tráfico de drogas com o companheiro, terceira reclusão, cinco filhos; 2. Gislene, legalmente casada, mas separada, 36 anos, branca, Ensino Fundamental incompleto, presa por tráfico de drogas, primeira reclusão, três filhos, rompeu um relacionamento afetivo e engajou-se em outro durante a reclusão; 3. Paola, solteira, 32 anos, branca, Ensino Fundamental completo, presa por roubo, 13ª reclusão, seis filhos, mantém relacionamento afetivo com dois irmãos, sendo que um deles encontra-se no mesmo estabelecimento prisional; 4. Cláudia, divorciada, 53 anos, branca, Ensino Fundamental incompleto, presa por proveito da prostituição alheia, primeira reclusão, sete filhos, iniciou um namoro com um homem na prisão; 5. Elisa, solteira, 34 anos, branca, Ensino Superior incompleto, presa por proveito da prostituição alheia, primeira reclusão, três

filhos, estava em um relacionamento afetivo-sexual quando foi aprisionada, mas jamais recebeu carta ou visita do namorado; 6. Karen, casou-se legalmente na prisão, 35 anos, branca, Ensino Médio incompleto, presa acusada de estupro de vulnerável com o companheiro, primeira reclusão, três filhos.

Desse modo, no que se refere à idade, na ocasião da entrevista, a maioria tinha entre 30 e 40 anos (n=5). Quanto ao estado civil, a maioria era solteira (n=3); uma era divorciada e duas casadas legalmente, embora uma delas tenha se separado do marido há 20 anos. Todas autodeclaravam-se brancas. Os crimes que ocasionaram a prisão foram: tráfico de drogas (n=2), proveito da prostituição alheia (n=2), estupro de vulnerável (n=1) e roubo (n=1).

Como instrumentos, utilizou-se o diário de campo da pesquisadora, que atuou como psicóloga em instituições prisionais de 2014 a 2017, além de entrevistas semiestruturadas (Lakatos & Marconi, 2003), permitindo certo grau de liberdade às entrevistadas e o aprofundamento do tema abarcado, com duração média de 94 minutos, tendo sido gravadas e transcritas. O roteiro continha os tópicos: I - dados demográficos; II - histórico da família de origem e modelos de relacionamentos afetivo-sexuais na infância; III - projeto de vida da participante e rede de relacionamentos; IV - envolvimento com o crime e encarceramento; V - expectativas de relacionamento afetivo-sexual construídas ao longo da vida; VI - relacionamentos afetivo-sexuais vivenciados (formação e rompimento); VII - relacionamento afetivo-sexual vivenciado durante o encarceramento; VIII - implicações atuais.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o projeto foi aprovado pela Secretaria de Administração Prisional e

pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, CAAE n. 70457617.9.0000.5137.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2004), rigorosamente planejada, atendendo aos princípios éticos e ao rigor científico. A partir da transcrição das entrevistas, efetuou-se a leitura flutuante, com a devida elaboração dos indicadores que orientariam a interpretação dos dados. Primeiramente, realizou-se a pré-análise do material, visando à sua organização e estabelecendo-se um esquema de trabalho a ser cumprido. Em seguida, a partir das questões norteadoras deste estudo, as categorias foram escolhidas, tendo sido organizadas a partir dos temas que se repetiam com frequência. Destaca-se que as categorias não foram definidas *a priori*, pois foram provenientes do discurso das entrevistadas. A categorização foi realizada a partir do recorte e enumeração das narrativas, tendo sido formadas e classificadas classes que reuniam um grupo de elementos com características comuns. A partir dessa esquematização, foi realizado um movimento contínuo da teoria para os dados e vice-versa, até que as categorias tenham se tornado claras e pertinentes ao estudo. Por fim, o tratamento dos dados ocorreu mediante a inferência e a interpretação, buscando-se o conteúdo latente das narrativas, transpondo o conteúdo manifesto. O processo de interpretação foi embasado nos seguintes referenciais teóricos: Teoria do Apego, de John Bowlby; perdas ambíguas, conforme cunhado por Pauline Boss; e lutos não reconhecidos, segundo a perspectiva de Kenneth Doka. Ademais, perspectivas de gênero foram consideradas no processo de apreciação e articulação do material escolhido. Foram utilizados três organizadores dos relatos: perdas nos relacionamentos afetivos da infância; perdas nos relacionamentos afetivo-sexuais

da vida adulta; perdas nos relacionamentos afetivo-sexuais na prisão.

Resultados e discussão

A Teoria do Apego auxilia na compreensão do processo de luto gerado por perdas concretas e ambíguas, visto que as perdas foram abarcadas por Bowlby (1969; 1979) como elemento de grande relevância ao buscar compreender os processos de formação, consolidação e rompimento de vínculos afetivos. Conforme Bowlby (1969), o comportamento de apego na vida adulta pode ser visto como uma continuação do comportamento na infância, ou seja, o apego infantil tende a permanecer nas relações afetivas adultas, embora mudanças possam ocorrer. Assim, as vinculações afetivas devem ser analisadas a partir de um olhar que integre as diferentes fases da vida (Hazan & Shaver, 1987). Portanto, algumas das perdas e rompimentos afetivos da infância das participantes serão descritas e logo depois analisadas de modo integrativo.

Perdas nos relacionamentos afetivos da infância

As entrevistadas relataram experiências de abandono, rejeição e perdas ao longo da vida. Submetidas a diferentes tipos de violência e rupturas desde tenra idade, possivelmente sofreram impactos no desenvolvimento individual e construção de crenças e expectativas acerca de si mesmas e dos outros. As consecutivas experiências de abandono, rejeição e perdas ao longo da vida podem ter impactado as vivências amorosas desde a escolha dos parceiros (Hazan & Shaver, 1987) até a permanência em vínculos pouco satisfatórios (Collins & Read, 1994).

Uma das perdas ressaltadas pelas participantes foi a da mãe durante a infância, vivenciada por quatro das

mulheres entrevistadas (Amanda, Cláudia, Gislene e Paola). O rompimento do vínculo afetivo com a mãe trouxe implicações para as suas vidas, já que se espera das mães o cuidado tanto a partir de uma perspectiva social (Cunha & Granja, 2014) quanto subjetiva, tendo em vista o anseio humano pelo amor dos cuidadores, por meio do qual temos acesso ao alimento, abrigo e cuidados indispensáveis à sobrevivência (Bowlby, 1969).

As perdas maternas provieram tanto de mortes quanto de abandonos. Gislene perdeu a mãe aos 8 anos de idade, foi assassinada por um policial: “Dizem, né, que os policiais quiseram seduzir, abusar da minha mãe. Aí, ela não aceitou, mordeu a mão de um dos policial, que deu uma coronhada na cabeça dela. Aí, deu fratura craniana”. Paola, inicialmente, foi abandonada pela mãe, que optou por sair de casa quando ela tinha 6 anos, tendo deixado as filhas com o pai e proferido as seguintes palavras acerca delas: “Só presta pra atrapalhar a minha vida. Daqui pra frente, eu vou viver a minha vida. Não quero saber de você e nem dessas criança”. Pouco tempo depois, ela faleceu em decorrência de uma overdose. Tanto Gislene quanto Paola foram impedidas de comparecerem ao velório, expressarem abertamente os impulsos para reaver a mãe, o que pode ter dificultado a elaboração do luto (Bowlby, 1979; Franco, 2002).

Mais duas das participantes (Amanda e Cláudia) foram deixadas pelas mães biológicas, o que implica em perdas ambíguas. Embora não tenham enfrentado a morte das mães, elas não estavam física ou emocionalmente presentes, tendo ocorrido mudanças em seus papéis (Boss, 1998; 1999). O luto, nesses casos, ordinariamente não é reconhecido (Casellato, 2005), o que pode dificultar a sua elaboração (Boss, 1999; Doka, 2002a; Franco, 2002; Walsh, 2005). Amanda sequer podia falar a respeito da mãe com o

pai, que proibia o assunto. Demonstrando tristeza, comentou: “Eu acho que ia mudar a minha vida, se eu tivesse ela [a mãe]”. Já Cláudia era cuidada pela avó materna quando bebê e foi adotada nos primeiros meses de vida, após a avó tê-la oferecido a uma conhecida: “A senhora quer essa menina aí? Porque se a senhora não quiser, eu vou dar para qualquer um, porque eu estou cansada de ver o leiteiro cobrar o leite aqui”. Embora tenha obtido informações a respeito da mãe biológica – que era alcoolista e desprovida de recursos materiais ou emocionais que possibilitassem o cuidar –, assim como de sua adoção, a expectativa de ter tido uma mãe biológica que pudesse cuidar e oferecer carinho a ela foi quebrada. Aos 8 anos, enfrentou a morte do pai adotivo; aos 9 da mãe adotiva, os quais tinha como porto seguro, tendo lidado com novas rupturas afetivas.

Nos casos de Amanda e Paola, a perda da mãe foi acrescida de privações afetivas por parte das madrastas, que não ofereceram amparo, mas demonstraram negligência e violência, especialmente psicológica. Cláudia, após a perda dos pais adotivos, descreveu queixas semelhantes referentes à mulher que deveria supostamente proporcionar cuidado a ela, mas, ao invés disso, exercia violência de diferentes tipos: física, psicológica e exploração financeira. Cláudia relatou: “Ela me tratava que nem um cachorro mesmo, sabe? Qualquer coisa enfiava a mão na minha cara”. Ou seja, o desejo de terem alguém que exercesse funções de cuidado, amparo e provimento afetivo foi sucessivamente frustrado em suas trajetórias.

Na perspectiva de Bowlby (1979), após o estabelecimento de relações emocionais entre crianças pequenas e a figura de apego que exerça a função materna, a separação entre elas, especialmente entre os seis meses e seis

anos de idade da criança, poderá gerar efeitos nocivos para o desenvolvimento da sua personalidade, suscitando sentimentos de desamor, abandono e rejeição, além da intensificação do conflito de ambivalência. A impossibilidade de expressar abertamente os impulsos para reaver a pessoa perdida pode ocasionar um luto patológico, já que a sua expressão seria necessária para um resultado favorável diante do luto. Os sentimentos reprimidos continuam ativos na personalidade, influenciando comportamentos e sentimentos (Bowlby, 1979). Portanto, as experiências descritas pelas participantes possivelmente impactaram as suas vidas. Alguns rompimentos afetivos aconteceram mais tardiamente, mas também foram marcantes em suas trajetórias, segundo as narrativas das participantes.

Além da perda materna e das dificuldades nos relacionamentos com madrastas ou outras cuidadoras, os pais parecem ter sido negligentes na maioria dos casos analisados. As participantes enfrentaram violências múltiplas: física, sexual, psicológica e/ou exploração financeira (Hope, Bryan, Trickett, & Osborn, 2001) por parte de familiares com os quais conviveram ou dos próprios pais. Gislene, por exemplo, após a perda da mãe, enfrentou as agressões físicas do pai até ser retirada de casa pelo Conselho Tutelar. Passou a residir com o padrinho e a madrinha, quando sofreu violência sexual por parte dele: “Ele só chupava e passava a mão, assim, sabe?”. Os pais biológicos, no mínimo, não estiveram presentes diante dessas situações, tendo sido descuidados com relação às filhas. Ainda assim, a maioria das participantes nega essa realidade, como demonstra a fala de Amanda: “Tadinho, meu pai, era muita coisa pra cabeça dele, sabe?”. Elas agarram-se à fantasia que criam acerca dos seus pais, presumivelmente a única

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

“verdade” que conseguem suportar diante de tantas perdas e dor.

Novos lutos decorrentes de rompimentos de vínculos afetivos foram vivenciados com a decisão pela saída do lar durante a infância/adolescência, relatada por todas as participantes, ainda que transitoriamente. Com isso, tiveram de lidar com o distanciamento do pai e/ou irmão(s), ou seja, novas perdas ambíguas (Boss, 1998; 1999) são observadas quando os familiares permanecem presentes emocionalmente, mas distantes fisicamente das participantes.

Destarte, as expectativas de serem cuidadas pela família foram sucessivamente frustradas na vida das participantes. Notou-se uma ausência persistente de respostas por parte da figura de apego, rejeição, descontinuidade da parentalidade e abandono. A falta de responsividade e os padrões apresentados pelos cuidadores podem tê-las levado a viverem com constante ansiedade e medo da perda da figura de apego (Bowlby, 1979), impossibilitando a formação de um padrão de apego seguro – que leva a sentimentos de segurança e proteção, desenvolvimento de confiança básica e reciprocidade, desenvolvimento de habilidade para o autocontrole, senso de equilíbrio entre dependência e autonomia, além de oferecer recursos para defesas contra estresse e trauma (Bowlby, 1969), o que parece ter sido negado às participantes durante a infância e pode ter exercido impacto nos relacionamentos futuros.

As perdas e separações familiares vivenciadas ao longo da infância e adolescência impactaram a formação de expectativas acerca da constituição, futuramente, de uma família, sendo que todas elas afirmaram sonhar em terem uma família diferente da de origem, que fosse caracterizada pelo modelo tradicional (Féres-Carneiro, Ponciano, & Magalhães, 2007) e marcada por forte vinculação

afetiva entre seus membros. Conforme veremos adiante, sofrem sucessivas decepções e novos processos de elaboração de luto pela perda das suas idealizações.

Perdas nos relacionamentos afetivo-sexuais da vida adulta

Assim como as crianças, os adultos necessitam de alguém que sirva como um porto seguro, sendo fonte de cuidado, afeto, apoio emocional e satisfação sexual (Hazan & Shaver, 1987). As entrevistadas parecem buscar ansiosamente por isso, mas se deparam com a pouca responsividade às suas necessidades afetivas, sendo frustradas. Seus relacionamentos afetivo-sexuais adultos são marcados por diferentes tipos de perdas, sejam elas ambíguas ou concretas.

No que se refere às perdas concretas, destaca-se a perda pela morte dos parceiros, enfrentada por Amanda em seu primeiro relacionamento amoroso e por Gislene quatro vezes, sendo que uma delas marcou-a profundamente. Ela construiu um relacionamento duradouro e significativo com um de seus companheiros, que morreu de encefalite: “Mas com ele, eu queria. Ele era o homem da minha vida! Se não fosse a morte ter levado ele, eu estava com ele até hoje”. Acrescentou: “Era amor de verdade assim, sabe?”. Inclusive, foi durante o processo de elaboração do luto por sua perda que se envolveu com o crack e a prostituição. Mais uma vez, teve que lidar com o processo de luto pela morte de uma pessoa extremamente significativa para ela quando faleceu Benedito, um ex-companheiro que cuidava de um de seus filhos e ainda lhe servia como porto seguro: “Eu não conseguia acordar sem ele, eu não conseguia. Tudo que eu precisava, era ele”. Sua morte ocorreu quando Gislene estava presa. Embora tenha podido comparecer ao velório, mesmo que em condições adversas – como o uso de

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. *Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais*

algemas e a escolta —, é possível supor que as dores do aprisionamento somadas às do luto pela morte tenham trazido implicações para o processo de elaboração dessa nova perda.

As demais participantes enfrentaram a perdas ambíguas nos relacionamentos afetivo-sexuais, tendo seus sonhos abortados. Elas desejavam um relacionamento marcado pelo amor romântico, caracterizado pela união duradoura e exclusiva que pudesse levar a um sentimento de completude sexual e amorosa (Haddad, 2009) e constituírem uma família segundo o modelo tradicional (Féres-Carneiro *et al.*, 2007), como demonstra a fala de Gislene: “Porque o que eu sempre quis mesmo foi uma família: uma mãe, um pai, os filhos, sabe?”. O mesmo desejo é desvelado por Amanda: “Eu esperava em ter uma família, filhos, em casar, né? Casar com uma pessoa só, ter uma família. Hoje eu tenho cinco filhos, só que cada um é de um pai e eu não tenho, eu não vejo eles”. A discrepância entre a realidade e o sonho de viver um amor “até que a morte os separe” traz frustração. O rompimento de vínculos afetivos aconteceu sucessivamente, com mobilidade afetiva e relacionamentos amorosos fluidos (Giddens, 1993). Rupturas afetivas impediram a constituição da família tradicional e idealizada, como afirmou Cláudia: “Eu não teria feito nada daquilo que eu fiz lá atrás. Eu acho que eu teria casado com um homem só, teria ficado com a minha família, e não essa vida que eu levei, sabe?”.

Filhos foram gerados sem planejamento por todas as participantes, contrariando suas expectativas. Amanda, por exemplo, teve cinco filhos e não pôde exercer a maternagem em nenhum dos casos, sendo que três de seus filhos foram levados logo após o parto: “A avó deles pegava, assim, saindo do hospital e já levava com elas. Não chegava a olhar nem

na minha cara por causa das drogas”. Outras chegaram a cuidar dos filhos, mas eles têm diferentes genitores, ao contrário do que almejavam, como nos casos de Cláudia, Karen e Gislene. Algumas, diante da impossibilidade de cuidarem dessas crianças, culpam-se por acreditarem terem falhado como mulher e em suas responsabilidades maternais (Cunha & Granja, 2014). O não exercício da maternagem gera, portanto, decepção por divergir do que almejavam.

Uma situação vivenciada recorrentemente em seus relacionamentos íntimos foi a infidelidade conjugal, contrariando suas expectativas de exclusividade afetiva e sexual, que também pode ser vista como perda ambígua, pois, mesmo com a presença do parceiro infiel, ocorrem mudanças em seu papel (Boss, 1998; 1999; Figueiredo & Souza, 2015). Com a infidelidade conjugal, pode ocorrer ausência psicológica, mesmo com a presença física. O relacionamento conjugal torna-se ameaçado pela presença parcial de um dos cônjuges, que perde a identidade de companheiro fiel. A ambivalência pode causar danos no relacionamento do casal, trazendo incerteza sobre identidades, papéis e relacionamentos (Boss, 1999). A ausência ou presença parcial de um dos cônjuges requer uma reconstrução emocional e cognitiva dos papéis, status, fronteiras e rituais familiares (Boss, 2006). A infidelidade conjugal abarca ainda uma ameaça ao mundo presumido e pode gerar um luto não reconhecido (Figueiredo & Souza, 2015), conforme demonstrado pelo relato de Paola acerca da infidelidade de um dos ex-companheiros com a irmã: “Só que ele me traiu com a minha irmã, com a minha irmã! Eu catei ele na cama com a minha irmã. Eu perdi meu chão”. Paola supunha que haveria fidelidade naquele relacionamento e quando se deparou com outra realidade suas concepções sobre si

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

mesma, o mundo e os relacionamentos foram abaladas (Parkes, 1975).

Os relacionamentos afetivo-sexuais das mulheres encarceradas também apresentam outras características que se diferem do modelo de amor romântico (Haddad, 2009) que ansiavam. Relacionamentos hierárquicos, comportamentos machistas, ciúme, possessividade e objetificação da mulher por parte dos parceiros surgiram frequentemente nos relatos, conforme a narrativa de Paola acerca de um relacionamento anterior, no qual ela nem sequer podia sair de casa sozinha, e quando saía deveria cumprir a seguinte exigência: “Eu tinha que andar de cabeça baixa pra rua”. Todas as entrevistadas descreveram relacionamentos nos quais há claramente uma posição privilegiada e de superioridade do homem sobre a mulher.

Ao contrário de um relacionamento com satisfação afetiva e sexual, muitas acabam por ter uma representação negativa do sexo, especialmente aquelas que passaram por experiências de violência e/ou exploração sexual desde a infância ou adolescência. Três das participantes engajaram-se na prostituição, concebendo o sexo como fonte de subsistência e aquisição de drogas, enfrentando a perda daquilo que sonharam para os relacionamentos afetivo-sexuais.

Notou-se a perpetuação intergeracional das violências em diferentes fases do ciclo vital. Tais repetições podem ser compreendidas a partir de perspectivas sociais, culturais, históricas, normativas de gênero e impacto das primeiras experiências de vida. Conforme Hazan e Shaver (1987), somos atraídos por pessoas que apresentam características similares à figura de apego na infância, com base na acessibilidade e intimidade. Relacionamentos não satisfatórios podem ser mantidos com esses parceiros por apresentarem padrão de

apego familiar semelhante ao do cuidador do sexo oposto durante a infância (Collins & Read, 1994). Nos casos apresentados, a escassez de respostas diante da procura por proximidade iniciada na infância permanece na vida adulta. As experiências prévias de rejeição podem ter impactado suas vivências amorosas.

Portanto, todas as participantes vivenciaram relacionamentos afetivo-sexuais que se diferiram daqueles que idealizavam, já que não constituíram a família sonhada. Ou seja, perderam aquilo que almejavam para as suas vidas, decepcionando-se perante a constatação de que o parceiro e o relacionamento presumidos não existiam. Nesse sentido, destaca-se que um profundo desapontamento pode ser gerado quando expectativas referentes ao amor são frustradas (Féres-Carneiro, 1998). A perda de um relacionamento idealizado – que pode ocorrer não apenas diante de rompimentos afetivos, como pela permanência em relacionamentos que se diferem do que se espera – pode ser considerada como perda ambígua, pois, apesar de sonhos morrerem, o parceiro permanece presente de alguma forma. No entanto, ele não é visto da mesma maneira, o que pode gerar ansiedade e dor (Boss, 1998; 1999).

Diante das inúmeras perdas nos relacionamentos afetivo-sexuais adultos, observou-se uma continuação das vivências que decorreram da infância, conforme apontado por Hazan e Shaver (1987). O fato de a maioria dessas perdas serem ambíguas pode ter impactado o processo de elaboração (Boss, 1999; Franco, 2002; Walsh, 2005) e suscitado lutos não reconhecidos (Doka, 2002a; 2002b; Fante, 2019). A seguir, os relacionamentos afetivo-sexuais no contexto prisional serão discutidos e analisados integralmente, com ênfase nas perdas enfrentadas.

Perdas nos relacionamentos afetivo-sexuais na prisão

Histórias de vida marcadas por diferentes tipos de perdas, segregação e violências são intensificadas após a reclusão. Uma delas decorre do abandono de companheiros e familiares, o que se relaciona às normativas de gênero, que incluem a atribuição do papel de cuidado às mulheres (Figueiredo & Granja, 2020; Lemgruber, 2010). Os rompimentos afetivos exigem reorganização dos papéis e suscitam sentimentos de rejeição, desamparo e desamor (Bowlby, 1979), recorrentemente presentes desde tenra idade, tornando a vida entre as grades dolorosa.

Tal reorganização foi exigida de Elisa e Paola, que mantinham relacionamentos anteriormente à reclusão com homens que permaneceram em liberdade, com os quais não tiveram contato após o encarceramento, como comentou Paola: “Eu sempre fui abandonada por homem”. Demonstrando ambiguidade, completou: “Nesse ponto, eu sou muito pé no chão. Eu não ligo pra essas coisas. Sinto falta, saudade e tudo, às vezes eu choro, mas eu não ligo”. Talvez evite criar a expectativa de ser visitada a fim de evadir de um possível sofrimento, o que pode se relacionar ao estilo de apego evitativo (Hazan & Shaver, 1987; Karen, 1994; Montoro, 2004). Ou seja, ela pode ter desenvolvido como estratégia a esquiva do apego após episódios constantes de rejeição e falta de receptividade.

O rompimento depois da reclusão de ambos os parceiros também ocorre, como no caso de Gislene. Seu parceiro não trocou correspondências enquanto ambos se encontravam aprisionados e jamais foi visitá-la após a liberdade dele. Além dos motivos pessoais do companheiro, obstáculos institucionais para a manutenção da intimidade, assim como as

normativas de gênero que impõem o cuidado à mulher (Figueiredo & Granja, 2020) podem ter influenciado sua decisão. A ruptura dos vínculos afetivos com parceiros que se encontram em liberdade ou não se trata de um luto a ser elaborado em um contexto no qual as dores são muitas.

Até mesmo quando relacionamentos afetivos são mantidos, o que ocorre primordialmente com companheiros que estão reclusos, eles são hierárquicos e a dinâmica relacional implica em diversas perdas, tendo em vista que as participantes relataram terem que os obedecer, mesmo quando contra a vontade pessoal delas. Suas ações são constantemente controladas, como o envio de correspondências, as idas ao pátio para o banho de sol e os seus olhares. Afinal, em presídios mistos ampliam-se as interdições sobre o corpo feminino (Colares & Chies, 2010; Paz, 2009), ou seja, as mulheres perdem o controle sobre o próprio corpo devido às restrições institucionais e àquelas advindas de companheiros ou ex-companheiros.

Entretanto, embora os obstáculos ao contato entre os casais possam levar a diferentes perdas, alguns relacionamentos afetivo-sexuais podem ser fortalecidos na prisão (Comfort, 2008; Granja, 2015), o que foi observado nos casos de Amanda e Karen, que mantiveram trocas afetivas por meio das cartas românticas, bilhetes, troca de olhares e visitas, sendo estas apenas sociais no caso da primeira e íntimas no caso de Karen. Assim, a reclusão pode favorecer a expressão emocional e criar um ambiente que propicia expectativas de um futuro normativo depois da conquista da liberdade, motivando a manutenção do relacionamento (Comfort, 2008).

Outras perdas foram enfrentadas devido à interferência do Primeiro Comando da Capital (PCC), a facção criminosa dominante no presídio

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

investigado, que dita ordens sobre relacionamentos, corpos e comportamentos, levando as mulheres a abrirem mão dos próprios desejos. Ao mesmo tempo, surgiram movimentos de luta para conquistarem a possibilidade de viverem conforme almejavam a partir da autorização da facção, como ocorreu com Gislene, que conquistou o direito de viver novos relacionamentos – o que estava sendo impedido pelo ex-companheiro – com a ajuda do líder no estabelecimento prisional.

No que se refere ao exercício da sexualidade na prisão e às visitas íntimas, foi notável que, embora sejam previstas legalmente, ainda são muitos os impedimentos nesse âmbito (Figueiredo & Granja, 2020). A exigência de exames médicos para a verificação de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e do casamento legal ou da união estável reconhecida em cartório (ReNP, 2016) dificulta a garantia do direito de visitação devido à necessidade de gastos financeiros e de que a documentação seja providenciada por familiares que estão em liberdade, conforme explicou Karen: “Às vezes, muitas delas não têm ninguém lá fora que faça todo esse processo, entendeu? Então, assim, eu acho que deveria ser uma coisa um pouco mais facilitada”. A abstinência sexual é recorrentemente forçada, como elucida a fala de Gislene: “Ai, é difícil. Socorro!”. Inclusive, a homoafetividade entre mulheres encarceradas foi atribuída às privações enfrentadas na área sexual por algumas participantes, considerada situacional (Barcinski, 2012).

As situações supracitadas demonstram algumas das perdas vivenciadas no cárcere, no que se refere à sexualidade e à afetividade. O processo de elaboração do luto pode ser dificultado por se tratar de perdas ambíguas (Boss, 1999; Franco, 2002; Walsh, 2005) e lutos não

reconhecidos (Doka 2002a; 2002b). No presente artigo, elas foram visibilizadas, visando contribuir para que o processo de luto seja vivenciado com clareza, com a devida expressão dos sentimentos suscitados e adaptação à nova realidade.

Considerações finais

Idealizações quanto à família e às designações de gênero foram percebidas como constitutivas das idealizações e desencantamentos presentes nos processos de luto vivenciados pelas participantes do presente estudo. Elas vivenciaram realidades distantes das que ambicionavam, não tendo constituído uma família idealizada, segundo o modelo tradicional. Ao contrário, vivenciam relacionamentos que se diferem substancialmente do que sonhavam e consecutivas rupturas de vínculos afetivos. Suas expectativas nos âmbitos afetivo e sexual são frustradas, o que enseja em ambiguidade e um processo de luto não reconhecido. As perdas concretas e ambíguas que fazem parte de suas histórias intensificam-se no cárcere. Os obstáculos para o contato com os parceiros e o abandono enfrentado trazem incerteza sobre seus relacionamentos afetivo-sexuais e o papel dos (ex)parceiros em suas vidas, havendo mistério sobre a presença ou ausência da pessoa amada.

Os resultados reafirmaram as perdas envolvidas na vivência de mulheres encarceradas nas áreas afetivas e sexuais, sugerindo a necessidade de novos estudos empíricos referentes a essa temática, na medida em que o silenciamento da dor pode provocar um sofrimento adicional ao que já é doloroso. Buscar novas formas de pensar e agir não apenas a respeito das perdas afetivas e sexuais dessas mulheres, mas também de outros lutos não reconhecidos é de relevância para a saúde mental em instituições prisionais e na sociedade. Apontar as perdas ambíguas

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. *Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais*

vivenciadas por essas mulheres, assim como nomear o luto enfrentado como não reconhecido poderá auxiliar na validação social e intrapsíquica dessa vivência, contribuindo para a elaboração das perdas e construção de uma sociedade que reconhece o luto em suas diferentes manifestações.

Embora as perdas ambíguas sejam usualmente traumáticas, é possível manejá-las. Elas podem estimular a criatividade, o amadurecimento, o conhecimento e a aceitação de limitações e fragilidades. Aprender a viver situações de incerteza possibilita o desenvolvimento pessoal, fazendo com que as pessoas consigam depender menos da estabilidade e contem mais com a espontaneidade e trocas de experiências. Assim, podem trazer crescimento, conhecimento, amadurecimento e desenvolvimento de novas competências.

Considerando os fatores políticos, sociais e históricos que envolvem as subjetividades no contexto prisional, é imprescindível destacar que as teorias apresentadas no presente estudo dialogam com teorias de complexidade e sistêmicas que apontam para a multifatorialidade e aspectos macrossistêmicos de complexidade. As reações às perdas enfrentadas pelas mulheres aprisionadas são generificadas e podem influenciar nos processos estudados. Tais perdas estão inseridas em um amplo contexto de violência do Estado e violação dos direitos humanos dentro e fora das prisões, o que nos leva a salientar a necessidade de que mudanças sejam realizadas em todo o sistema prisional brasileiro, tendo em vista a sua política de encarceramento seletiva, que oficializa a exclusão de pessoas que foram segregadas. É imperativo que, no mínimo, as normas prisionais sejam revistas e cumpridas efetivamente, assim como políticas públicas sejam formuladas para que o acesso a direitos amplos –

incluindo os de âmbito afetivo-sexual – sejam garantidos para todos e todas, quem e além dos muros prisionais.

Por fim, ressalta-se que algumas limitações estiveram presentes no estudo e devem ser consideradas em futuras pesquisas, tais como a limitação da amostra e o fato de os dados terem sido coletados unicamente em um presídio misto. Assim, recomenda-se que investigações futuras incluam um número maior de participantes e contemplem também os presídios exclusivamente femininos, ampliando os contextos analisados. Além disso, seria importante realizar a proposição de ações específicas no sistema prisional, contribuindo para o enfrentamento ou até mesmo redução das perdas enfrentadas pelas mulheres no cárcere.

Referências

- Barcinski, M. (2012). Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão. *Psico-USF*, 17(3), 437-446. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pusf/v17n3/10.pdf>.
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beiras, A. (2020). Prefácio. In L. E. C. Soares & E. M. Lisandra (Orgs.). *Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça* [livro eletrônico]. Florianópolis: Abrapso Editora. Recuperado de <https://factotumcultural.com.br/2020/11/12/psicologia-social-na-trama-dos-direitos-e-da-justica/>.
- Boss, P. (1998). A perda ambígua. In F. Walsh & M. Mcgoldrick. *Morte na família: sobrevivendo às perdas*

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

- (pp.187-197). Porto Alegre: Artmed.
- Boss, P. (1999). *Ambiguous Loss: Learning to Live with Unresolved Grief*. Cambridge: Harvard University Press.
- Boss, P. (2006). *Loss, Trauma, and Resilience: Therapeutic Work with Ambiguous Loss*. New York, NY: Norton and Company.
- Bowlby, J. (1969). *Apego e perda. Apego: a natureza do vínculo* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1979). *Formação e rompimento de vínculos afetivos* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Cappellari, M. P. M. (2018). Gêneros encarcerados: LGBTs no sistema prisional brasileiro. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)*, 4(1), 91-112. Recuperado de <https://doi.org/10.15210/rfdp.v4i1.13722>.
- Casellato, G. (2005). Luto não reconhecido: um conceito a ser explorado. In G. Casellato (Org.). *Dor silenciosa ou dor silenciada?: Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade* (pp. 19-34). São Paulo: Livro Pleno.
- Carvalho, D. T. P., & Mayorga, C. (2017). Contribuições feministas para os estudos acerca do aprisionamento de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 25(1), 99-116. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p99>.
- Colares, L. B. C., & Chies, L. A. B. (2010). Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. *Revista Estudos Feministas*, 18(2), 407-423. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000200007>.
- Collins, N. L., & Read, S. J. (1994). Cognitive Representations of Attachment: The Structure and Function of Working Models. In K. Bartholomew & D. Perlman (Eds.). *Attachment Processes in Adulthood* (pp. 53-90). Bristol: Jessica Kingsley Publishers.
- Comfort, M. (2008). *Doing Time Together: Love and Family in the Shadow of the Prison*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Corr, C. A. (2002). Revisiting the Concept of Disenfranchised Grief. In K. J. Doka (Ed.). *Disenfranchised Grief: New Directions, Challenges, and Strategies for Practice* (pp. 265-274). Champaign, IL: Research Press.
- Cunha, M. I. (2018). On Stage and Off: The Shifting Relevance of Gender in Women's Prison. In S. Gomes & V. Duarte (Eds.). *Female Crime and Delinquency in Portugal: In and Out of the Criminal Justice System* (pp. 57-74). London: Palgrave Macmillan.
- Cunha, M. I., & Granja, R. (2014). Gender Asymmetries, Parenthood and Confinement in Two Portuguese Prisons. *Champ Pénal*, 11. Recuperado de <https://journals.openedition.org/champpenal/8809>.

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

- Doka, K. J. (1989). *Disenfranchised Grief: Recognizing Hidden Sorrow*. Lexington, Ma: Lexington.
- Doka, K. J. (2002a). How Could God?: Loss and the Spiritual Assumptive World. In J. Kauffman. *Loss of the Assumptive World: A Theory of Traumatic Loss*. New York: Routledge.
- Doka, K. J. (2002b). Introduction. In K. J. Doka (Ed.). *Disenfranchised Grief: New Directions, Challenges and Strategies for Practice* (pp. 5-22). Champaign, IL: Research Press.
- Fante, N. P. (2019). *Dor sem escuta: sobre perdas e lutos não reconhecidos*. São Paulo: Editora Zagadoni.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>.
- Féres-Carneiro, T., P., Ponciano, E. L. T., & Magalhães, A. S. (2007). Família e casal: da tradição à modernidade. In C. Cerveny (Org.). *Família em movimento* (pp. 23-36). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Figueiredo, C. C., & Granja, R. P. G. (2020). Laços familiares e afetivo-sexuais de mulheres nas prisões brasileiras e portuguesas. *Revista Subjetividades*, 20(3), 1-12. Recuperado de <http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e10358>.
- Figueiredo, A. C. C., & Souza, R. M. (2015). As perdas ambíguas e a infidelidade conjugal. In G. Casellato (Org.). *O resgate da empatia: suporte psicológico ao luto não reconhecido* (pp. 49-69). São Paulo: Summus.
- Franco, M. H. P. (2002). *Estudos avançados sobre o luto*. Campinas: Editora Livro Pleno.
- França, M. H. O. (2014). Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. *Revista Ártemis*, 18(1), 212-227. Doi: 10.15668/1807-8214/artemis.v18n1p212-227.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Gonçalves, B. D., Coelho, C. M. S., & Vilas Boas, C. C. (2017). *Mulheres na prisão: um estudo qualitativo*. Curitiba: Appris.
- Granja, R. P. G. (2015). *Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.
- Haddad, G. (2009). *Amor e fidelidade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Hazan, C., & Shaver, P. R. (1987). Romantic Love Conceptualized as an Attachment Process. *Journal of Personality and Social Psychology*, 52, 511-524. Recuperado de

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais

- <https://doi.org/10.1037/0022-3514.52.3.511>.
- Hope, T., Bryan, J., Trickett, A., & Osborn, D. R. (2001). The Phenomena of Multiple Victimization. *The British Journal of Criminology*, 41, 595-617. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/bjc/41.4.595>.
- Janoff-Bulman, R. (1985). The Aftermath of Victimization: Rebuilding Shattered Assumptions. In C. Figley (Ed.). *Trauma and its Wake: The Study and Treatment of Post-Traumatic Stress Disorder* (pp. 15-35). New York: Brunner/Mazel Publishers.
- Kauffman, J. (2002). The Psychology of Disenfranchised Grief: Liberation, Shame, and Self-Disenfranchisement. In K. Doka (Ed.). *Disenfranchised Grief: New Directions, Challenges, and Strategies for Practice* (pp. 61-77). Champaign, IL: Research Press.
- Karen, R. (1994). *Becoming Attached: First Relationships and how They Shape our Capacity to Love*. New York: Oxford University Press.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Lemgruber, J. (2010). *A dona das chaves: uma mulher no comando das prisões do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record.
- Montoro, G. M. C. (2004). Amor conjugal e padrões de relacionamento. In M. A. F. Vitale (Org.). *Laços amorosos: terapia de casal e psicodrama* (pp. 101-133). São Paulo: Editora Ágora.
- Moreira, L. E., & Soares, L. C. E. C. (2019). Psicologia Jurídica: notas sobre um novo lobo mau da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online], 39(n. spe2). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225555>.
- Paz, S. R. (2009). *A caravana do amor: um estudo sobre reciprocidades, afetos e sexualidade em um estabelecimento prisional que comporta homens e mulheres em seu interior*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.
- Parkes, C. M. (1975). What Becomes of Redundant World Models?: A Contribution to the Study of Adaptation to Change. *British Journal of Medical Psychology*, 48, 131-137.
- Reynolds, J. J. (2002). Disenfranchised and the Politics of Helping: Social Policy and Its Clinical Implications. In K. Doka (Ed.). *Disenfranchised Grief: New Directions, Challenges and Strategies for Practice* (pp. 351-388). Champaign, IL: Research Press.
- Secretaria de Estado de Defesa Social. (2016). *Regulamentos e Normas de Procedimento do Sistema Prisional de Minas Gerais (ReNP)*. Belo Horizonte: Seap. Recuperado de <http://www.seap.mg.gov.br/images/Publicacoes/Subsecretariadeadministracaoпрisional/Regulamento-e-Normas-de-Procedimentos-do-Sistema-Prisional-de-Minas-Gerais-28.pdf>.

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M. *Os lutos das mulheres aprisionadas referentes aos relacionamentos afetivo-sexuais*

Walsh, F. (2005). *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca.



A revista PPP está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Recebido em: 1º/4/2021

Aceito em: 1º/8/2022